

RESUMO

O presente trabalho se destina à elaboração de uma proposta de adoção para o Departamento de Polícia Federal de um modelo padronizado de rotinas, com o objetivo de facilitar a compreensão dos servidores que atuam no setor responsável pela fiscalização e controle migratório, nos casos de infração aos dispositivos da Lei n.º 6.815/80. Devido à atuação do órgão a nível nacional, faz-se necessário o uso de rotinas uniformes pelas unidades administrativas distribuídas no território nacional de forma a possibilitar o correto processamento dos autos. A pesquisa inicia com o estudo das atribuições do Departamento de Polícia Federal sob os aspectos da Constituição Federal e legislação infraconstitucional, posicionando o órgão na administração pública. O segundo momento é dedicado ao estudo doutrinário do processo administrativo e dos princípios da administração pública, ao processo administrativo em sentido amplo e as fases procedimentais obrigatórias. Na última etapa do estudo a proposta de modelo formal de procedimento administrativo é apresentada mediante um esquema gráfico em um fluxograma do processo interno e a apresentação de roteiro das etapas a cumprir, com vistas a padronizar as rotinas de trabalho, objetivando ainda, aumentar o grau de eficiência do setor. Submete-se ao final, o estudo à apreciação dos escalões superiores da administração com objetivo de implementar as sugestões apresentadas.

Palavras-chave: Delegacia de Polícia de Migração. Auto de Infração. Padronização de procedimento. Processo administrativo. Fluxograma do processo.